

ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (COMSAÚDE), realizada no dia vinte e quatro de Maio de 2011, terça-feira, no auditório do Centro de Saúde Coletiva Prof. Manoel José Ferreira/IMUCA, situado à Rua Santos Dumont, número cem, Centro, Petrópolis – RJ, com início previsto para as dezoito horas e trinta minutos, convocado através do Diário Oficial do Município nº 3742 de 21 de Maio de 2011, pela Leitura e aprovação da ATA da reunião anterior; 2) Leitura de Expediente; 3) Informes; 4) Ordem do dia: a) Hospital Casa Providência; b) XI Conferência Municipal de Saúde; c) Urgência do Hospital Alcides Carneiro; 5) Assuntos Gerais; 6) Definição de pauta da próxima reunião. A reunião teve início às 19:00hs; Leitura dos Expedientes: 1) 116/2011 – Secretaria Municipal de Saúde – Encaminhando Relatório de Gestão 2010; 2) Ofício nº 04/11 Projeto Social C3; 3) Ofício nº62/2011 Sindicato dos Farmacêuticos; Ofício nº 94/2011 – Secretaria Municipal de Saúde – Prestação de Contas. Presidente Maria Auxiliadora parabenizou a Secretaria de Saúde pela oficialização da contratualização com Hospital Santa Tereza, o conselheiro Thiago esclareceu que na reunião extraordinária foram lidas duas atas anteriores mas a Presidente disse que é necessário ler a ata da reunião extraordinária a Secretária Aparecida Barbosa sugeriu que o Departamento Jurídico avalie se todas as atas estão assinadas e lidas. A Presidente leu a convocação da XI Conferência Municipal de Saúde através do Decreto nº 503 de 13 de Maio, publicada no DO nº 3737 de 14 de Maio de 2011. A Secretaria de Saúde esclareceu que a entrega do Relatório de Gestão seria entregue até o dia 05 de Maio de 2011, porém pela necessidade de aprofundamento das informações foi encaminhada na data de hoje para apreciação e solicita que conste em ata a entrega pois existem prazos a serem cumpridos, o material está à disposição para as comissões de saúde e finanças e há o prazo de 1 (um) mês para avaliação estando a Secretaria de Estado ciente. A conselheira Poliana esclareceu que a ata da reunião anterior não foi na reunião do dia 17/05, porém foi encaminhada por e-mail a todos os conselheiros. A Secretaria de Saúde solicita um debate no contexto de saúde para avaliar a situação do Hospital Casa Providência, convocado o conselho a avaliar a atuação da mesma como parceria na rede de saúde, o Hospital Casa Providência inicia os esclarecimentos sobre o atendimento a rede pública, Sr. Afrânio Diretor Administrativo esclarece que o hospital ofereceu a Secretaria serviços como urologia cirúrgica, ginecologia cirúrgica, neurocirurgia, manutenção de leitos de UTI, maternidade entre outros, esclareceu ainda que a tabela vigente não é suficiente para cobrir custos, há necessidade de complementação. A Secretaria de Saúde solicitou informações técnica à Dra. Vânia Werneck, Diretora do Departamento de Regulação, Controle Avaliação e Auditoria, atualmente o Hospital nos presta serviço de maternidade, alguns leitos de UTI e alguns mandados judiciais, e que a tabela SUS realmente não cobre os custos e necessita de complementação do Estado, esta deixa os dados técnicos à disposição do Conselho. A Secretaria de Saúde esclarece ainda que analisando o faturamento do Hospital ficou claro que não se poderia arcar com as despesas e este por ser filantrópico há repasse a Congregação. A secretária colocou à disposição os faturistas da Secretaria para auxiliar a Casa Providência, e reforçou que a tabela SUS não remunera adequadamente, temos que ampliar os atendimentos nas áreas que melhor remuneraram devemos olhar toda a linha de

cuidados, e preciso efetuarmos a pactuação, precisamos do atendimento para maternidade de baixo risco, mas isso remunera pouco, então tem que ser complementada com novas áreas de atendimento e fazer a contratualização com metas qualitativas e quantitativas. O recurso da fonte 00 – governo Federal, Estadual e Municipal, são recursos feitos a parte não vinculados, o caminho é identificar a vocação do hospital e agilizar a contratualização. Carlos Henrique falou que o Conselho atual está avançando, fazendo história, assuntos antigos estão sendo discutidos e pergunta se esse é o modelo correto para a saúde com mais recursos para a atenção de média e alta complexidade e menos para a atenção básica. A secretaria esclareceu que os recursos aplicados são R\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e meio de Reais) para a média e alta complexidade e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais) para a atenção básica e sugere aumentar a Atenção Básica, Carlos Henrique concorda. Dra. Vânia Werneck esclarece que a tabela do SUS não consegue financiar a maioria dos procedimentos. Carlos Henrique fala que a emenda 29 sofre pressões para não ser regulamentada e Thiago elogia a atuação do poder público com a finalização da contratualização do Hospital Santa Tereza, considera um avanço e pede esclarecimento quanto a hospitais a serem contratualizados, refere que o episódio de suspensão do atendimento por parte da Casa Providência e a lotação do Hospital Alcides Carneiro no fim de semana devem ser tratados como casos graves e não devem se repetir, todas as maneiras de evitar isso devem ser acionadas, refere ainda que se deve discutir “saídas domésticas” para solucionar os problemas municipais, refere que o Conselho deve cumprir o seu papel que é de controle social dar diretrizes, regulamentar e fiscalizar, sobre o contrato no valor de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais) por mês em duas vezes, paliativo até a contratualização com a Casa Providencia, mas esse processo não passou pelo Conselho mesmo sendo emergencial e reafirmar que isso não deve mais se repetir. Dra. Márcia Tânia falou sobre a cultura popular de que a saúde é assistencialista, falou também que a tabela SUS está muito defasada, falou sobre mudança de protocolo e que hoje em dia se usam medicamentos muito caros. A Secretária reivindica o direito de comando, o contrato de dois meses é um direito que lhe assiste, disse que todos os dias assina contratos e esclarece que foi pleiteado um contrato por seis meses e a solução foi fazer por dois meses para não fechar a maternidade, o conselho não pode “engessar” a Secretaria, ela esclarece, tem que ser feito contratos permanentes e nada foi feito as escondidas, foi publicado em DO. E fazer contratos é prerrogativa da Secretaria. Thiago esclarece que o que cabe ao conselho deve ser respeitado. Carlos Henrique solicita que seja cumprido o que diz a resolução 333 artigo 10, deste conselho que diz que a cada três meses se faça prestação de contas ao conselho. Dr. Oswaldo Assessor Jurídico da Secretaria de Saúde esclarece também que o pagamento no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais). À Casa Providencia foi para não paralisar o serviço. Thiago rebate e contesta a forma como foi feita. Carlos Henrique pergunta se a contratação com o Hospital Casa Providência vai demorar e qual é a “solução caseira” para administrar a crise por mais cinco meses, a Secretária esclareceu que conforo conversa entre o Município e a instituição o que se consegue rapidamente é que o Estado e o Município façam complementos ao repasse, se o acordo se tornar inviável tem que haver um prazo de seis meses

para reorganizar a rede. Sr. Afrânio, Diretor Administrativo do Hospital Casa Providência disse que o momento é delicado para o Hospital, por isso a sugestão de diversificação de serviços, pois a maternidade é altamente deficitária, se defende a manutenção do serviço de maternidade, mas tem que se criar outras alternativas. Dora pergunta se tudo está sendo esclarecido. A Secretária Aparecida Barbosa informa que na próxima estará ocorrendo o processo de pactuação – Programação Municipal e em seguida será com o Estado PPI – Programação pactuada integrada e os Hospitais envolvidos são HAC, Hospital Santa Tereza e Hospital Casa Providência, esclarece que a rede municipal é boa, estruturada, mas ficou isolada, há a necessidade de ofertar serviços para outros municípios para viabilizar os serviços, o papel do gestor é esse, levantar a capacidade instalada, o que se está precisando é viabilizar a rede, os serviços estão ociosos, tem que se trabalhar com 100% da capacidade. O Conselheiro Thiago pergunta quando chega a contratação com o Sanatório Oswaldo Cruz e com o Hospital Clínico de Corrêas, Dra. Vânia Werneck esclarece os gastos com longa permanência e que se pensa e estuda como fazer o contrato com esses Hospitais e que acredita que será até setembro. Próximo ponto de pauta XI Conferência Municipal de Saúde foi solicitado a Conselheira Poliana que desse informações a respeito, esta informou que a Conferência foi publicada no DO número 3737 de 14 de Maio de 2011, e está sendo divulgada no site da Prefeitura Municipal de Petrópolis e qualquer informação pode ser prestada pelo telefone 22469196. A Presidente Maria Auxiliadora solicita que se acelere a liberação da Sala do Conselho para atendimento, outra linha telefônica e solicita também que se agilizem os cartazes das conferências. Thiago informa que em breve trará informações sobre o site do Conselho. A Secretária Aparecida Barbosa disse que o Conselho do Estado quer participar da conferência e solicita ser contactado. Fala também da cobrança da imprensa quanto a locação de um outro imóvel e esclarece que é a sala que será usada pelo Conselho e diz que o Conselho deve esclarecer a importância de ter uma sala. Próximo assunto de pauta: Urgência do Hospital Alcides Carneiro, Dra. Ana Lúcia diretora técnica do hospital esclarece que urgência de um hospital é diferente pois atende demanda externa, o hospital tem o serviço de pronto atendimento e no meio disso o paciente de alta complexidade, mais maternidade de alta complexidade, também pacientes cirúrgicos e respaldo de imagens complexas como tomografia e ultra-sonografia de urgência e também agencia transfusional, esta unidade então se responsabiliza por vários setores, necessita de reparos, há defasagem de recursos humanos, falta de profissionais principalmente aos sábados, os médicos recém formados são a maioria na urgência e necessita também de um grupo novo de enfermagem. Carlos Henrique relembra relatórios anteriores sobre o Hospital Alcides Carneiro e pergunta sobre aporte financeiro que a Secretaria Estadual e o Ministério da Saúde repassam e, sobre uma possível devolução ao Governo Federal. Relata também que hospitais como o Hospital Municipal e o HAC estão direcionando pacientes para as UPA'S. Thiago fala que a Dra. Ana Lúcia e o Dr. Alexandre Bretas são muito dedicados e buscam melhorar os atendimentos, porem reclama do atendimento dos médicos do HAC e diz que o setor de Urgência é tenso e tem muitos pacientes, questiona também se o problema da Urgência está ligado ao Hospital como um todo ou se o problema básico é a diminuição do financiamento,

as dívidas do HAC estão crescendo consideravelmente, afirma e pede que o hospital responda ao relatório do conselho que já tem três meses, relata ainda, que a colhida no dia anterior no Alcides Carneiro foi suspensa por três horas. Dra. Ana Lúcia esclarece que o Chefe do Plantão de ontem tomou essa iniciativa porque havia uma sobrecarga nos atendimentos e que a urgência parecia um “campo de guerra” porém isso não é hábito acontecer, foi atípica a quantidade de atendimento aumentou muito e gerou um estresse na equipe. Thiago reclamou que denunciou a imprensa e foi desmentido pela Secretaria. Dr. Paulo Henrique Professor de Mestrado de Saúde Coletiva do Rio de Janeiro, ressalta que essa discussão é muito delicada e que é preciso reavaliar o contrato com o Hospital Alcides Carneiro, Petrópolis tem o maior número de leitos por habitantes do Estado, o país precisa de mais leitos cirúrgicos e se oferecem muitos leitos clínicos, esclareceu ainda a diferença entre urgência e emergência, diz ainda que é necessário reavaliar capacidade, financiamento, reorganização da rede, discutir critérios, tipos de serviços no hospital e discussão com outros hospitais para atenderem também urgência. Dra. Ana Lúcia esclarece que o Alcides Carneiro faz urgência clínica com boxes que mantém o paciente até ir para a UTI, o Hospital Santa Tereza atende urgências ortopédicas e traumas, outras cirurgias e doenças inflamatórias são todas atendidas no Hospital Alcides Carneiro, além dos pareceres o hospital possui um potencial de urgência cirúrgica muito grande, inclusive cirurgias pediátricas. A Presidente solicita prorrogação por mais 10 minutos e há consenso. A Secretária sugere que para a Reunião Ordinária o Hospital Alcides Carneiro seja assunto de pauta, defende a autonomia do hospital e mantido como hospital público e não estatal e cita o Ministério da Saúde que respalda esse modelo de gestão, fala do modelo que foi feito no fim da gestão anterior sobre muita pressão, reforça ainda, que gestão com autonomia não resolve financiamento e que autonomia não é independência. O Conselheiro Dr. Paulo Sá concorda com o Dr. Paulo Henrique que emergência é mais cara do que urgência, na sua opinião o primeiro hospital a ser contratado deveria ser o Alcides Carneiro e a Saúde deve ser integralmente socializada e assim o dinheiro deve ser priorizado para o público. Carlos Henrique solicita informações sobre o papel dos agentes comunitários de saúde e também sugeriu esse assunto como ponto de pauta da próxima reunião. Dr. Paulo Henrique sugere que se traga relatório com números sobre atendimentos no Hospital Alcides Carneiro. A reunião foi encerrada às 21:15h.